

Entrevista com o Eurodeputado do PSD, Carlos Coelho, para o Jornal O DIABO - 15 de Abril de 2004:

1 — O dr. Carlos Coelho coordena as eleições europeias do PSD. Como justifica que ainda não tenha sido apresentada a lista concorrente?

Desde logo, pelo respeito pelos calendários, pela lei e pelo Senhor Presidente da República. Repare que só no final da semana passada as eleições foram convocadas pelo Senhor Presidente da República. Só a partir deste acto se iniciam os prazos legais que, para a apresentação de listas, terminam a 3 de Maio. O Acordo de Coligação entre o PSD e o CDS-PP foi assinado anteontem e amanhã eu e a Dr^a Teresa Caeiro procedemos ao respectivo registo no Tribunal Constitucional.

Estamos muito em tempo e cada um é responsável pelo seu calendário.

2 — O principal partido da oposição, o PS, já definiu atempadamente os seus candidatos. Pensa que isso os coloca em vantagem?

Sinceramente, não o creio. Diz o povo que ninguém escolhe depressa e bem e isso parece particularmente acertado no caso do PS.

3 — O PSD é, por tradição, um partido com menos vocação europeia que o PS e carrega para este acto eleitoral o fardo de estar coligado com um partido com posições euro-cépticas. Pensa que isso pode prejudicar o resultado final?

Antes de mais permita-me que diga de forma clara que não é verdade que o PSD tenha uma menor vocação europeísta. O PSD está, desde a primeira hora, associado ao projecto europeu de Portugal. Com Francisco Sá Carneiro apoiámos o pedido de adesão; com os governos da AD, com os Primeiros Ministros Sá Carneiro e Pinto Balsemão iniciámos os processos negociais da adesão; com Carlos Mota Pinto e Rui Machete, no governo do bloco central e com o Prof. Cavaco Silva, nos governos do PSD, estivemos sempre na primeira linha dos que tomaram as decisões de tudo fazer para que Portugal pudesse estar no pelotão da frente da construção europeia.

Manda a verdade reconhecer que a adesão à União Europeia beneficiou sempre de um consenso muito alargado na sociedade portuguesa. PSD, PS e CDS estiveram entre os que disseram sim à Europa contra o PCP e a UDP.

Posso ainda sublinhar que todos os candidatos pela FORÇA PORTUGAL, sem excepções, irão subscrever o mesmo Manifesto eleitoral afirmando em comum os objectivos porque nos batemos na Europa.

4 — A aparente impopularidade do Governo pode ser penalizada nas urnas?

Importa reconhecer que o Governo tem um mandato de 4 anos correspondente ao da Legislatura que o suporta e apoia. Não ignoro os sacrifícios que têm sido pedidos aos portugueses para repor o equilíbrio das contas públicas herdadas do desgoverno socialista e para devolver a credibilidade internacional ao nosso país.

O que é sério é que o Governo se sujeite ao juízo dos portugueses no final da Legislatura respondendo pelo que conseguiu e não conseguiu realizar ao longo de todo o seu mandato e não apenas parte dele.

O que não é sério é confundir a eleição de Deputados ao Parlamento Europeu com uma suposta e desatempada avaliação do governo português. Ao tentar desvirtuar estas eleições e utilizando a tese do cartão amarelo, além de ceder à linguagem futebolística, o PS presta um mau serviço à democracia e ao projecto europeu que afirma defender.

Confundir o essencial do que está em causa e tentar baralhar as motivações de voto só servirá para acentuar o fenómeno da abstenção que afirmam querer combater.

5 — O terrorismo sacudiu a Europa com uma dimensão inusitada. Estava a Europa até ao dia 11 de Março preparada e consciencializada para lidar com um acontecimento desta magnitude?

Nem preparada nem consciencializada. A despeito de, desde 1999, com a Cimeira de Tempere, se terem dado os primeiros passos para a construção de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, grande parte das medidas aí propostas não foram ainda tomadas.

Como tive a oportunidade de sublinhar num debate parlamentar recente, o ritmo das decisões não tem acompanhado as declarações políticas sobre a necessidade do reforço do combate ao crime organizado transnacional.

Nesta matéria as preocupações dos Estados-Membros e da UE devem centrar-se em áreas sensíveis, como sejam, o controlo e reforço das fronteiras externas da União, de uma política comum mas humanista de asilo e de gestão dos fluxos de imigração, sem descurar o combate à criminalidade organizada.

Outras das preocupações são o tráfico de seres humanos e o tráfico de drogas. E, como é evidente, a luta contra o terrorismo. Para enfrentar estes problemas é indispensável uma cooperação judiciária quer em matéria civil, quer em matéria penal, a par de uma efectiva cooperação policial e judiciária.

6 — O embaixador José Cutileiro disse uma frase que ficou célebre: «A Europa não percebeu o significado do 11-Setembro». Está de acordo?

Geralmente o Embaixador José Cutileiro diz coisas muito acertadas. Acho que ele tem toda a razão.

Na Europa ficámos atordoados com a enormidade do que aconteceu em Nova Iorque no dia 11 de Setembro. Mas ficou a sensação que era "lá" e não "cá". Que era uma guerra entre americanos e fundamentalistas árabes.

O que aconteceu em Madrid desperta-nos para a evidência da necessidade que todos temos de participar no combate ao terrorismo. Sobretudo se quisermos, como devemos querer, que ele se processe no respeito pelo Estado de Direito e na garantia dos nossos direitos fundamentais.

7 — Qual a consistência da U.E como um todo em matéria de segurança? O «Velho Continente» é ainda um alvo fácil para os terroristas?

Todo o mundo é um alvo. As escolhas dos terroristas são, por definição, irracionais manifestando o maior desprezo pelo valor da vida humana, procurando projecção mediática e impor a lógica do medo.

Sendo ingenuidade acreditar numa segurança a 100%, creio que há espaço para, em comum, reforçarmos a segurança da Europa adoptando as medidas que já referi.

8 — O mandado europeu de obtenção de provas no âmbito do sistema de cooperação judicial e policial é um passo para a uniformização da segurança europeia?

O mandado europeu de obtenção de provas é um passo em frente no sentido de se estabelecer um sistema de cooperação judiciária e policial, indispensável à realização de um Espaço europeu não só de Segurança, mas também de Liberdade e Justiça. Pretende-se substituir a mera cooperação judicial em matéria penal, actualmente existente, implementando o princípio do reconhecimento mútuo, o que permitirá uma cooperação mais rápida e eficaz, ao mesmo tempo que torna o mandado de captura europeu mais efectivo.

Possibilita-se, assim, a emissão de um mandado europeu de obtenção de provas que visa objectos, documentos ou dados a serem utilizados no âmbito de procedimentos penais, desde que esses elementos de prova já estejam directamente disponíveis no Estado de execução.

Quero, no entanto, sublinhar que estas iniciativas, embora permitam reforçar o nível de segurança no território da União, só serão eficazes quando aplicadas por todos os Estados-Membros. Esse não foi o caso, como se sabe, em

relação ao mandado de detenção europeu. A Decisão-Quadro deveria ter sido implementada em toda a União Europeia até ao dia 1 de Janeiro de 2004, mas só o foi em 8 dos 15 Estados-Membros, entre os quais Portugal.

9 — Criticou numa intervenção em Estrasburgo a transferência dos dados dos passageiros aéreos da Europa para os EUA. Porquê?

Porque a forma como foi feita representou um ultimato da administração americana aos transportadores europeus, porque significa a violação grosseira da legislação comunitária sobre protecção de dados e porque as medidas impostas extravasam em muito o que se pretende acautelar.

10 — O relatório sobre o Echelon, o qual foi o principal responsável, foi silenciado. Sinteticamente gostava que enunciasse os perigos para os direitos, liberdades e garantias do que alguns denominam ser o «big brother» Echelon?

No essencial, posso resumir no seguinte: Todos estamos dispostos a aceitar a violação da nossa privacidade por uma razão social legítima e com regras claras e definidas.

Aceitamos, por exemplo, como legítimas, as escutas telefónicas e a violação de correspondência, no quadro da luta contra o crime e mediante mandado e com controlo da autoridade judiciária.

O que está em causa não é nada disso. É um monumental sistema de violação potencial dos nossos direitos básicos sem controlo judicial e em função dos critérios e objectivos definidos na lógica do interesse específico do país que detém esses meios.

11 — Os vossos alertas caíram em saco roto. Isso significa que o poder dos americanos funcionou como um lóbi?

Há muitos interesses em jogo. Há também muito desconhecimento e alguma insensibilidade para estas questões. E houve uma infeliz coincidência de calendário.

O Relatório Echelon foi aprovado no dia 5 de Setembro de 2001, menos de uma semana antes do fatídico 11 de Setembro. Registou-se uma compreensível trégua nas matérias quentes que dividiam a Europa e os Estados Unidos.

E acho também que há uma série de equívocos na nossa relação com os nossos parceiros transatlânticos. Por vezes, vejo excesso de preconceitos e desconfianças injustificadas, como se tudo o que é americano fosse mau e, por outras, vejo falta de firmeza na afirmação das nossas próprias posições, nem sempre necessariamente coincidentes.

12 — O projecto europeu conheceu um retrocesso na cimeira de Bruxelas. Pensa que a aprovação do texto final da constituição Europeia pode estar hipotecada?

Os últimos dados apontam para uma grande viabilidade de aprovação do Tratado Constitucional a curto prazo.

Mas não há que ter excessiva pressa. O essencial das alterações propostas deve entrar em vigor apenas em 2009. É preciso garantir passos sólidos e isso é mais importante do que passos rápidos mas precipitados. Também aqui será melhor ir por nós do que pelo estilo PS.

13 — Como perspectiva o espaço Europeu em matéria de maturidade política e de funcionamento das instituições daqui a 50 anos. O federalismo será uma realidade?

Já existem hoje alguns traços de natureza federal ou confederal na construção institucional europeia. Mas é pacífico que a originalidade dessa construção e a conciliação interinstitucional entre os 3 principais vectores (interesse comunitário, representação dos Estados e representação dos cidadãos) têm revelado grande virtualidade.

50 anos para uma pessoa é muito. Para um povo ou uma construção supranacional é pouco.

À luz da história, a União Europeia é ainda muito jovem. Ninguém pode, seriamente, dizer o que ela vai ser no futuro.

Mas o que podemos e devemos dizer desde já é que ela deve ser sempre o que os cidadãos europeus quiserem que ela seja.

Daí também o apelo à participação nas eleições europeias e nos debates sobre a Europa.

A Europa que queremos não se reforça nem se legitima aumentando o fosso entre os cidadãos e as instituições comunitárias.